

Feminismo, Literatura e Negritude: Pontos de um diálogo**Feminism, Literature and Negritude: Points of a Dialogue**

DOI:10.34117/bjdv6n11-300

Recebimento dos originais: 20/10/2020

Aceitação para publicação: 15/11/2020

Maria Mariana Ferreira Gonçalves

Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA
Endereço: Av Coronel Antônio Luiz 1160 – Crato- Ceará
E-mail: marianaalencar.g@gmail.com

Iara Maria de Araújo

Doutora em Sociologia e Professora da Universidade Regional do Cariri- URCA
Endereço: Av Coronel Antônio Luiz 1160 – Crato- Ceará
E-mail: iara.mar@terra.com.br

Rafaelly Carneiro dos Santos Nogueira

Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri-URCA
Endereço: Av Coronel Antônio Luiz 1160 – Crato- Ceará
E-mail: rafaellycarneiro@gmail.com

RESUMO

Por muito tempo negou-se à mulher a participação no âmbito literário, para a mulher negra esse mecanismo de negação da fala e da escrita sempre ocorreu duplamente, pois além de ser subjugada pelo gênero é marginalizada pela raça. A intenção do artigo é pensar sobre a contribuição do pensamento feminista negro para problematizar as questões de racismo e sexismo que colocaram a mulher negra em condição de exclusão e marginalização e como esse movimento repercutiu na visibilidade da literatura de autoria feminina negra. Assim, utilizaremos um aporte teórico fundamentado em Constância Lima Duarte (2003), Bell hooks (2000), Sueli Carneiro (2005) Lélia Gonzalez (2019), Patrícia Hill Collins (2019) Grada Kilomba (2019) entre outras, perpassando a crítica cultural, educacional e feminista, os estudos literários, decoloniais, de gênero e étnico-raciais.

Palavras-chave: Literatura feminina negra, Pensamento feminista negro, Racismo, Sexismo.

ABSTRACT

For a long time women were denied participation in the literary realm, for black women this mechanism of denial of speech and writing has always occurred twice, because besides being subjugated by gender it is marginalized by race. The intention of the article is to think about the contribution of Black feminist thought to problematize the issues of racism and sexism that have put Black women in a condition of exclusion and marginalization, and how this movement has impacted the visibility of Black women's literature. Thus, we will use a theoretical contribution based on Constância Lima Duarte (2003), Bell hooks (2000), Sueli Carneiro (2005) Lélia Gonzalez (2019), Patrícia Hill Collins (2019) among others, going through cultural, educational and feminist criticism, literary, decolonial, gender and ethnic-racial studies.

Keywords: Black feminist literature, Black feminist thinking, Racism, Sexism.

1 INTRODUÇÃO

Não vou mais lavar os pratos.
Nem limpar a poeira dos móveis.
Sinto muito.
Comecei a ler. [...]
Li a assinatura de minha lei áurea.
Escrita em negro maiúsculo, em letras tamanho 18, espaço duplo.
Aboli. [...]
Está decretada a Lei Áurea.
(SOBRAL, 2010, p.23)

O poema de Cristiane Sobral, escritora negra brasileira, rompe os mecanismos cotidianos de opressão feminina ao desconstruir os papéis que foram instituídos histórica e socialmente às mulheres. E nos mostra um eu lírico que por meio da leitura conseguiu se desvencilhar dos marcadores já naturalizados do que é ser mulher e negra em nossa sociedade. Porém um poema escrito por uma mulher negra no século XXI, não fala apenas sobre autonomia feminina, ele traz consigo um longo processo de lutas e reivindicações contra um processo de silenciamento marcado pela inferiorização do gênero e da raça.

Por muito tempo foi negada às mulheres a entrada e participação nos âmbitos literário, artístico e cultural. Marcadas por uma sociedade patriarcal e sexista, elas tiveram os seus discursos negados ou rejeitados à inclusão no cânone por muitos anos. Para a mulher negra o mecanismo de negação da fala e da escrita ocorre duplamente, tendo em vista que além de ser subjugada pelo gênero é marginalizada pelo fator racial. Desse modo, a intenção do artigo é pensar sobre a contribuição do pensamento feminista negro para problematizar as questões de racismo e sexismo que colocaram a mulher negra em condição de exclusão e marginalização e como esse movimento repercutiu na visibilidade da literatura de autoria feminina negra.

Essa subalternização, por um sistema elitista, hegemônico e excludente, é a marca principal da invisibilidade de escritoras negras em nossa literatura. Porém, a apropriação da escrita literária, pelas mulheres negras, assume lugar de independência ao permitir expor, a partir das suas falas, a construção de uma representação de si diferente do que foi produzida ao longo da história. A escrita feminina negra torna-se um espaço de resistência, de luta, de descolonização do saber e das subjetividades, configurando-se como protagonismo social. Dar visibilidade às escritoras negras e à sua produção literária, é uma forma de lhes conferir legitimidade, firma-se como um modo de intervenção contra a exclusão canônica e patriarcal. Utilizaremos um aporte teórico fundamentado em Constância Lima Duarte (2003), Bell hooks (2000), Sueli Carneiro (2005) Lélia Gonzalez (2019), Patrícia Hill Collins

(2019) Grada Kilomba (2019) entre outras, perpassando a crítica cultural, educacional e feminista, os estudos literários, decoloniais, de gênero e étnico-raciais.

2 O FEMINISMO NEGRO E A LUTA PELA INSERÇÃO SOCIAL

Apresentar uma definição clara e precisa sobre o feminismo, não parece ser uma tarefa simples, considerando as abrangentes dimensões que o movimento foi assumindo ao longo do tempo. De forma geral podemos defini-lo como um movimento, social filosófico e político que assumiu como tarefa conquistar a igualdade social, política, econômica e legal entre mulheres e homens. Se expressa como filosofia, como teoria e como prática. Considerado um dos movimentos mais importantes da atualidade, abriga várias correntes de pensamento em função de diferentes objetivos e níveis de desigualdade existentes entre as mulheres envolvendo marcadores sociais de classe, étnico raciais, de gênero e tantos outros.

A história do movimento feminista remonta às sufragistas tanto inglesas como estadunidenses, que nas últimas décadas do século XIX começaram a lutar pelo direito ao voto, apesar de nomes como os de Christine de Pisan, na Idade Média e Olympe de Gouges, na Revolução Francesa, terem aparecido como sendo de mulheres que se dedicaram a discutir a temática de opressão à mulher em séculos anteriores.

Os momentos em que essas lutas tiveram uma espécie de efervescência militante e/ou acadêmica são chamados de ondas, demarcando diferentes reivindicações e conquistas da luta feminina, tais como o direito ao voto, à contracepção voluntária, à educação e o trabalho fora do lar e nas mesmas funções que os homens.

A teórica americana bell hooks (2019 a) destaca que o a luta por justiça social encontra no feminismo uma de suas frentes mais poderosas. Se refere a dificuldade de definição clara para o termo feminismo, seu argumento é que apenas o fato das mulheres desejarem igualdade de gênero, não importando a perspectiva política, já são rotuladas de feministas. Boa parte das tentativas de definição do termo, em sua origem de caráter liberal, focada nos direitos das mulheres na liberdade e autodeterminação, expressa a natureza classista do movimento.

Para a autora tal perspectiva focada na liberdade pessoal é quase apolítica. “Atualmente, muitas feministas radicais já sabem que não é focando nem na autonomia e liberdade pessoal da mulher nem na igualdade de oportunidades que o feminismo poderá dirimir da sociedade o sexismo e a dominação”(HOOKS, 2019b,p. 56). Nessa fala hooks já expressa o fio condutor que aponta para as suas impressões sobre o feminismo. Para ela, acabar com a opressão sexista é uma das tarefas do

feminismo. Para tal é preciso assumir uma perspectiva ampla e acurada da realidade política da mulher, focando no pessoal, que para a autora também é político- pois permite que as mulheres examinem as suas próprias situações e seus lugares sociais na sociedade- como também na mulher enquanto coletividade, desafiando às mulheres a desenvolverem uma consciência política.

“Ao repudiar a noção popular de que o foco do movimento feminista deveria ser a igualdade social entre os sexos e ao enfatizar a erradicação da base cultural da opressão de grupo, nossa própria análise iria requerer uma investigação de todos os aspectos da realidade política da mulher. Sob essa óptica, raça, e opressão de classe, como questões feministas, teriam a mesma relevância que o sexismo” (HOOKS, 2019b,p. 58).

Nessa construção a autora tece críticas ao movimento feminista de inspiração liberal, encampado por mulheres brancas de classe média alta. Chama a atenção para as diversas realidades sociais e políticas das mulheres, sugerindo que o foco do movimento se voltasse para a experiência de todas as mulheres, e não só um grupo de mulheres, raça ou classe. “O pensamento e a prática feministas foram profundamente alterados quando mulheres negras e brancas de postura radical começaram, juntas, a desafiar a ideia de que o gênero era o fator que, acima de todos, determinava o destino de uma mulher” (HOOKS, 2019 a,p.17).

As interpelações do movimento de mulheres negras dos EUA nos anos 70 e 80 foram fundamentais para o surgimento da perspectiva interseccional dentro do movimento feminista. Apesar do termo ter sido cunhado por Kimberlé Crenshaw em 1989, autoras como Patricia Hill Collins, bell hooks, Audre Lord, Angela davis trouxeram contribuições significativas ao usarem a interseccionalidade como ferramenta analítica para detectar como as relações de poder se entrecruzam e se reforçam mutuamente como raça e etnia, classe, gênero, sexualidade, religião, territorialidade, além de atentarem para outras formas de dominação e desigualdade.

A perspectiva interseccional põe em debate as diferentes perspectivas de lutas envolvendo mulheres brancas e não brancas. Enquanto as mulheres brancas lutavam para não serem vistas como inferiores, para ocupar os espaços públicos ou mesmo para que pudessem trabalhar; as mulheres negras nunca tinham sido vistas como inferiores e nem privadas de trabalhar, como bem nos exemplifica o clássico discurso de Sojourner Truth de 1851 na Convenção Anual pelos Direitos das Mulheres, Akron, Ohio.

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? (BRAH & PHOENIX, 2017, p. 77).

Quando Sueli Carneiro (2019), nos pergunta “de que tipo de mulher estamos falando?”, ela faz referência às peculiaridades que distingue as lutas e as características das mulheres brancas e negras, as quais precisam ser encaradas e discutidas dentro e fora dos movimentos, trazendo para a cena política as contradições inerentes às articulações entre raça, classe e gênero

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconhecerem em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhozinhos e de senhores de engenho tarados (CARNEIRO, 2019, p. 314).

Para Carneiro (2019) enegrecer o feminismo é partir de um novo olhar, integrando o movimento feminista com pautas de luta do movimento negro e com elementos anti-racistas. “Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais” (CARNEIRO, 2019, p.287).

Collins(2016) fala da emergência da literatura multidisciplinar que a autora chama de pensamento feminista negro. Sua análise parte do argumento de que a marginalidade das mulheres negras e seu status de outsider within, foram usados de forma criativa para produzir um pensamento problematizador sobre as questões de raça, classe e gênero, o que permitiu a expressão de um ponto de vista de e para mulheres negras.

Essa questão assume relevância quando se reporta a histórica invisibilidade das mulheres negras, dentro do movimento feminista, aspecto tratado por Anzaldúa (2000) ao escrever uma carta às escritoras do terceiro mundo. Ela lembra que os perigos que mulheres de cor enfrentam não são os mesmos enfrentados pelas mulheres brancas, embora reconheça que ambas tem muito em comum. A autora fala de sua experiência como escritora e revela como é perturbador ser a única mulher de cor do terceiro mundo a participar de encontros literários e seminários. “Como nos atrevemos a sair de nossas peles? Como nos atrevemos a revelar a carne humana escondida e sangrar vermelho como os brancos? É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis”(ANZALDUA, 2000, p. 231).

A visibilidade e engajamento de mulheres negras nos movimentos crescem e a escrita de mulheres, autoras negras ganha representatividade no meio acadêmico e nas artes. No entanto, foi uma

inserção marcada por entraves e subalternidade, assim como afirma Spivak (2010,p.85) “se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade. ”

3 A ESCRITA FEMININA NEGRA, UMA VOZ DE RESISTÊNCIA

Segundo Perrot (1998) foi por meio da escrita que a mulher conquistou o espaço público, primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. A mulher entrou tardiamente no mundo das letras, conquistou tardiamente o direito à educação, no Brasil, somente em 1870 é que se efetivou o discurso da educação feminina. Porém estamos falando da mulher branca e abastada, a mulher negra e a pobre não entram nessa estatística.

Para a população de origem africana, a escravidão significava uma negação do acesso a qualquer forma de escolarização e por consequência a qualquer forma de acesso à escrita. A educação das crianças negras se dava na violência do trabalho e nas formas de luta pela sobrevivência. (LOURO. 2002) As leis e lutas pela abolição da escravatura, não trouxeram direta ou imediatamente oportunidades de ingresso à educação para os negros, Apesar de haver uma institucionalização por parte do governo, registou-se na história diversas escolas informais para a educação dos negros.

Em teoria, a partir da lei de 1854, as escolas públicas do Império deveriam aceitar alunos de qualquer cor, desde que fossem livres – incluindo os escravos alforriados –, vacinados e não portadores de doenças contagiosas. Na prática, as primeiras oportunidades concretas de educação escolar e ascensão da população negra surgem no Estado Republicano, quando o desenvolvimento industrial dos anos finais do século XIX impulsiona o ensino popular e o ensino profissionalizante.

Nesse sentido, só pode haver a possibilidade de existência de uma escrita e uma literatura negra a partir desse final de século. No entanto, há diversos entraves históricos e simbólicos que atravessam o caminho da escritura feminina negra. Krada Kilomba (2019) afirma que, alguém só pode falar quando sua voz é ouvida e nessa perspectiva aqueles que são ouvidos são os pertencentes, aqueles que não são ouvidos se tornam aqueles que não pertencem. Um dos primeiros exemplos que marcam o “não pertencimento” dos negros é a máscara que ficou conhecida como “máscara de Anastácia”, e que supostamente era utilizada pelos senhores para evitar que os escravizados comessem os produtos da colheita enquanto trabalhavam na plantação, era a partir do seu uso que ocorria o controle da possibilidade dos colonizados pertencerem, serem ouvidos e poderem falar.

Um outro exemplo que podemos citar é o Cânone da Literatura, tendo em vista que é permeado por um sistema completamente universalizante em que, os chamados Outros da Literatura não podem se incluir, entretanto na classificação de “Outros” o negro, com certeza, está incluso.

[...] na literatura de autoria negra ou africana, percebe-se a existência de um discurso de alteridade político, na medida em que seus representantes se assumam e se declarem como tal, isto é, como negros, negras, africanos, africanas, ou seja, como parte de uma etnia não prestigiada. (LOBO, 1997, p. 5)

Assim, a literatura feminina negra adentra o cânone elencada como alteridade e claramente marcada pela violência epistêmica. Produto de uma modernidade construída em imaginários de civilização e barbárie (Stephan, 1995) sustentada pelas leis e por uma cidadania advinda dessa invenção do “outro”. De acordo com Spivak (2010), essa atmosfera de conhecimento e ordem é o ambiente ideal ao exercício desse tipo de violência. Uma violência, que no campo literário, pode acontecer de forma simbólica por aspectos, como a ausência dessas autoras nos livros didáticos e a inferioridade no número de publicações, fomentando o que pode ser chamado de colonialidade da literatura.

Segundo Grada Kilomba (2019), essa “Outridade” não trata-se de uma forma de resistência ou de interesse, ela é na verdade a ausência de acesso à representação sofrida pela comunidade negra. Afirma ainda que,

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós (2019, p. 51).

Nessa perspectiva, a mulher negra começa a escrever transgredindo a ordem previamente estabelecida e marcada pelo selo do colonizador. Insere-se nesse contexto outro, apropria-se dele e o transforma na base da sua literatura. Conceição Evaristo (2010 p. 3) ao citar Luiza Lobo (1989) diz que a autora, “pontua que a existência da literatura negra se dá a partir do momento em que o negro deixa de ser somente tema, deixa de ser objeto para uma literatura alheia e passa a criar a sua própria, assumindo o papel de sujeito. Para ela, essa mudança de posição, de papel, define o surgimento da literatura negra no Brasil.”

Nessa perspectiva, quando a autora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em “perigo de uma história única”, pontua a importância de uma mesma história ser contada por diferentes atores, assumindo diferentes possibilidades, percebemos que o recontar de histórias pelo universo feminino negro é uma forma de reconquistar espaços e reconhecimento. A partir do momento em que se dá visibilidade ao que é hegemonicamente encoberto ou dado como inexistente, abre-se uma porta para a transformação social. É preciso que falemos do protagonismo da mulher negra para além da contemplação, passividade e subalternização.

A literatura feminina negra é reconhecida como uma literatura reflexo de vivências, como diria Conceição Evaristo, são as “escrevivências”. É uma escrita demarcada a partir da posição de raça e classe, seus textos revelam as faces de mulheres que por muito tempo esteve oculta e dá visibilidade a ela por meio das falas de sua existência. E começa a revelar uma identidade de mulher que não é mais o outro do discurso, porque criou o seu próprio.

Configura-se como forma de representatividade de poder e de lugar de fala, como um método escuta do outro, pela sua própria voz. De apresentar personagens que não representem o estereótipo de objetos sexuais que não tinham direito a voz. Sobre isso Conceição Evaristo, nos reitera:

Se há uma literatura que nos inviabiliza ou nos ficciona a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhorando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se torna o lugar da vida. (EVARISTO, 2005, p. 54).

Esse novo discurso literário ordenado pelas experiências, vivências e marcas de vida da própria escritora, a mulher negra, marca uma escrita construída pela enunciação de vozes antes silenciadas. A escrita passa a aparecer, então, como evidência da sua luta contra a subalternização da sua voz, da sua presença e ressignificação da mulher negra. Mulher esta que, apesar de toda exclusão, estigma e preconceito soube se impor e usou sua escrita como arma para criar um discurso literário inovador, desafiante, transgressor e de libertação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher negra vem sendo invisibilizada desde a formação do país. Isso constata-se na história, na política e na própria literatura. Ao longo do tempo houve todo um processo histórico que colocou a mulher negra em determinadas posições, foi relegado a ela diversos papéis: o de cozinheira, de dançarina, de doméstica, porém o de escritora lhe foi negado. É preciso que compreendamos que o silenciamento da mulher negra na literatura, causou impactos negativos na formação da sociedade brasileira, se analisarmos, principalmente, que é na literatura em que se encontram os modelos de representação dessa sociedade.

É preciso considerar a existência do racismo e do sexismo que o Brasil insiste em negar por meio de uma suposta democracia racial e de gênero que tem por décadas escondido “a essência das

coisas não visíveis” e que temos com a literatura feminina negra um importante instrumento de poder e de ocupação do saber. “A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, ainda mais que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira” (Dalcastagne, 2011, p.309)

A partir de seus escritos, as mulheres negras traçam seu percurso de inserção na literatura brasileira. Buscando se fazer ouvir, usam a auto representação como recurso linguístico e de aproximação, dão vida a novos sentidos e significados, constroem uma autoimagem positiva para desconstruir e questionar as representações negativas, desmistificando assim, os estereótipos raciais e sexuais. A Literatura Feminina Negra é um ato de libertação, das mulheres negras, das suas expressões e das suas palavras.

Essa escrita configura-se como um elemento de resistência e de luta, fazendo com que vozes de mulheres há muito subalternizadas, ecoem como uma espécie de protesto e de batalha pelo direito à fala. Podemos dizer que essa escrita se constitui como uma consciência política e social, de mulheres em busca de transformar um sistema que a subalterniza de vários modos diferentes.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. São Paulo, Companhia das letras, 2019.
- ANZALDUA, Glória Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In. Revista Estudos feministas. V. 8 nº 1 p. 229-236.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, H. B. Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019. pg 313-321.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.
- DALCASTAGNE, Regina. "A cor de uma ausência: representações do negro no romance brasileiro contemporâneo." Revista Afro-Hispanic, vol. 29, no. 2, 2010, p. 97. 15 Set. 2020.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloísa. Bazar do Tempo, 2019. p 25-47.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre (vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). Mulheres no mundo. Etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ed. Universitária; Ideia, 2005, p. 201-212.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132-142.
- GRADA KILOMBA. Memórias da plantação. Tradução: Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 248 p.
- HOOKS, bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 a..
- HOOKS, bell. Teoria feminista: da margem ao centro. São Paulo, Perspectiva, 2019b.
- LOBO, Luiza. A Literatura de Autoria Feminina na América Latina. Ifilipe.tripod.com. Disponível em: <http://Ifilipe.tripod.com/LLobo.html>. Acesso em: 27 ago. 2020
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: contexto, 1997. P.443-481.
- PERROT, Michele. Mulheres Públicas. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 160 p.
- PERROT, Michele. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP, Edusc, 2005. 519 p.
- SOBRAL, Cristiane. Não vou mais lavar os pratos. Brasília: Athalaia, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Tradução: Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GONZÁLEZ STEPHAN, B. Modernización y disciplinamiento. La formación del ciudadano: del espacio público y privado. In.: GONZÁLEZ STEPHAN, B et al. (Org.). Esplendores y miserias del siglo XIX. Cultura y sociedad en América Latina. Caracas: Monte Ávila Editores, 1995.